

TERRAS NO DF

Relatório de Ministério Público aponta indícios de irregularidades em desapropriação de terras públicas e pede investigação federal para apurar o envolvimento de mais de 60 pessoas

Grilagem nas mãos da Justiça

Ana Maria Campos
Da equipe do **Correio**

Durante três meses, 17 promotores de Justiça do Distrito Federal investigaram a ocupação do solo na capital da República. O resultado do levantamento — que aponta diversas irregularidades e omissão do Poder Público — tem dois destinos certos: o Tribunal de Contas da União (TCU), para que seja feita uma auditoria nas desapropriações de terras feitas pela Terracap, e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que abriu inquérito para apurar o suposto envolvimento do governador Joaquim Roriz com a grilagem de terras no Distrito Federal. Os procuradores da República Alexandre Camanho e Guilherme Schelb entregam amanhã ao ministro Adylson Mota, do TCU, o dossiê levantado pelos promoto-

res. Ainda não há data definida para o documento ser encaminhado ao STJ.

“Sabemos que houve omissão do Poder Público em processos de grilagem de terras. Agora queremos saber quem foram os responsáveis pelos atos ilícitos”, diz o promotor Nino Franco, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público.

Os promotores encontraram indícios de irregularidades em desapropriações promovidas pela Terracap. Suspeitam também da participação dos irmãos Passos na maioria dos esquemas de grilagem de terras.

Desconfiados da ocupação desenfreada do solo, os promotores querem a intervenção de órgãos federais para aprofundar tais investigações. A idéia é acionar a Polícia Federal, Receita Federal, Advocacia Geral da União, TCU e Justiça Federal.

Na quinta-feira, os promoto-

Adauto Cruz 14.02.97



ENTRADA DO CONDOMÍNIO RK: SUSPEITA DE DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO COM DESAPROPRIAÇÃO DE TERRA

res e o Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, Antônio Ezequiel Neto, entregaram ao procurador-geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque, o dossiê que contém 270 páginas, em que são detalhados diversos casos de grilagem. O relatório aponta mais de 60 suspeitos de participação em um intrincado esquema de falsificação de documentos, ocupação de terras,

venda de lotes em parcelamentos ilegais. E mais: levantam a suspeita de que funcionários da Secretaria de Assuntos Fundiários participaram de esquemas de grilagem.

TERRACAP

No início do mês, o procurador da República Guilherme Schelb já havia recomendado ao TCU a realiza-

ção de uma devassa nas desapropriações de áreas públicas, realizadas nos últimos anos pela empresa. Isso porque se há irregularidades — e os procuradores acreditam que existam muitas — a União está sendo prejudicada como detentora de 49% das ações da Terracap.

A idéia é expor ao ministro as duas consequências imediatas da ocupação desenfreada do

solo. “Além da dilapidação do patrimônio público da União, há reflexos nas áreas de proteção ambiental do Distrito Federal”, avalia Camanho, que também recebeu uma cópia do material levantado pelo MPDFT.

Sobre o conteúdo do relatório, ele prefere não entrar em detalhes. “Nossa investigação não será em cima de pessoas, mas de fatos ilícitos. Só depois disso chegaremos aos responsáveis.”

Um promotor de Justiça, que prefere não se identificar, diz, entretanto, que as investigações devem ser concentradas nos irmãos Passos, uma vez que há indícios de que eles estejam envolvidos nos principais casos de parcelamentos irregulares do DF.

Dessa forma, o relatório será enviado à subprocuradora Yedda de Lourdes para que seja anexado ao inquérito judicial em andamento no STJ, sob responsabilidade do ministro José Delgado. Em junho, a pedido do Ministério Público Federal, o STJ abriu inquérito para apurar o relacionamento de Roriz com os Passos. No processo constam um dossiê com mais de 300 páginas, elaborado pelo deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB), e 15 mil páginas da defesa de Roriz às acusações que lhe são dirigidas.

A Polícia Federal também vai entrar nesta história. Delgado pediu que sejam feitas diligências e ouvidos todos os envolvidos na denúncia. Rollemberg e o deputado distrital Wasny de Roure (PT) acusam o governador de favorecer os Passos em processos de desapropriações de terras.